

OS DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Roberta S. Piedras Kawamoto

RESUMO

Este artigo tem como objetivo dialogar sobre políticas públicas educacionais neoliberais que estiveram presentes na Alfabetização da última década, chegando neste atual governo, utilizando o materialismo histórico. A partir da análise é identificado o reforço de políticas que atendem a uma pequena parcela da sociedade quanto a interesses mercadológicos relacionados ao retrocesso no que tange a equidade ocasionada pelo esvaziamento de políticas ao ir contrário a realidade socioeconômica do país. Palavras-chaves: Políticas Educacionais – Alfabetização – Ensino

ABSTRACT

This article aims to dialogue about neoliberal educational public policies that have been present in Literacy in the last decade, reaching this current government, using historical materialism. Based on the analysis, it is possible to identify the reinforcement of policies that serve a small portion of society regarding market interests related to the setback regarding the equity caused by the emptying of policies when going against the country's socioeconomic reality. Keywords: Educational Policies - Literacy - Teaching

A desigualdade educacional entre crianças se estabelece muito cedo entre as camadas populares, ou seja, na largada do processo de escolarização as disparidades se concentram nas crianças mais pobres, pois estas nem mesmo estão inseridas no sistema educacional, fato que não se observa entre a população de classe média e alta. “Nesse sentido, o objetivo se define não como alfabetização e escolarização, mas sim como alfabetização através da escolarização universal” (FERRARO, 2009, p.26). Diante desse cenário torna-se prioritário compreender a alfabetização como direito em que as políticas educacionais potencializem mecanismos de oferta de ensino, não somente de acesso, mas também de qualidade. Compreender a história da alfabetização no Brasil requer a

compreensão das políticas públicas nos diferentes contextos históricos, bem as implicações no desenvolvimento do processo de ensino.

As políticas públicas não são neutras, pelo contrário, exprimem as concepções, princípios, valores e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar interesses de segmentos sociais dominados.(TEIXEIRA, 2002).

Ou seja, carregam em si ideologias, de governo, que perpassam a execução de tais políticas públicas que podem se caracterizar pelo aspecto social-democrático para muitos, ou de domínio e poder para poucos. Ao se deparar com políticas públicas, a questão da dominação e poder estão presentes no enraizamento das políticas implementadas e/ou reformuladas de acordo com as diferentes funções ideológicas assumidas por lideranças de Estado, na qual em grande parte criam políticas de governo, desalinhadas. Independente do tempo histórico visam sempre o alinhamento com o macro interesse econômico “todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem” (GADOTTI, 1984, p.144.).

Nesta esteira, as políticas exigem a consciência de que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...], ao referencial normativo global de uma política”. (AZEVEDO, 2001, p.60), sendo que ao realizarmos um corte histórico até os dias atuais identificamos políticas, na grande maioria das vezes de governo, e não propriamente de estado, ampliando as dificuldades de implantar uma educação nacional, de qualidade, uma vez que o leme do planejamento didático é determinado inclusive, e principalmente, por instituições mundiais neocapitalistas. Ainda diante das transformações da sociedade, mercado de trabalho, legislações educacionais e documentos de orientações às práticas educativas, surge a problemática de tal tese, na perspectiva de que:

O capitalismo dependente constitui-se, então, em uma forma específica de desenvolvimento capitalista em que as burguesias locais são sócias menores e subordinadas às burguesias dos centros hegemônicos do capitalismo, e se caracteriza pela hipertrofia de um desenvolvimento desigual e combinado que

concentra riqueza e miséria, superexploração da classe trabalhadora e a dominância de processos educativos e formativos para o trabalho simples na divisão internacional do trabalho. (Neves e Proko, 2008 in: Evangelista, O. e Triches J.2014)

No enfoque neoliberal, cabe à educação o papel de legitimar processos de exclusão verificados também no contexto social. Os neoliberais ao defenderem o papel do público (Estado) do “poder” e “dever” ser compartilhado com o setor privado, reduzindo o Estado ao mínimo (haja vista a sua precariedade instalada pelas lideranças nacionais e internacionais) as responsabilidades na área da educação, saúde, entre outras consideráveis essenciais ao sujeito, favorece, o aquecimento e enriquecimento do mercado (capital privado) pelo sutil discurso da melhoria na qualidade dos serviços educacionais, por exemplo.

Faz se necessário, pela própria ausência de pesquisa relacionada diretamente com a problemática, uma análise de como as políticas públicas foram selecionadas e implementadas na última década na Alfabetização, nas séries iniciais, sob uma metodologia de digladiar os avanços e retrocessos das políticas atuais, uma vez que determinados assuntos são vitais:

As políticas educacionais levadas a efeito no Brasil no período 2003-2016 foram marcadas por ambiguidades expressas em dois tipos de estratégias: por um lado, políticas públicas monitoradas por organismos internacionais, particularmente o Banco Mundial e a UNESCO, resultante no currículo de resultados monitorados por mecanismos de avaliação em larga escala; por outro, políticas geradas para se levar em conta a diversidade social. As políticas públicas dos organismos internacionais definiram uma escola visando a preparação dos indivíduos como mão de obra capacitada e consumidores no mercado (LIBÂNEO, 2014, 2016a).

No Brasil, desde o início da colonização (1500-1822) a escolaridade para todos não foi preocupação dos dominadores daquela época. No Período Imperial (1822- 1889), a educação era de responsabilidade do Estado, de cunho religioso, organizada e disponibilizada para a elite. Apenas alguns filhos de colonos brancos, do sexo masculino,

tinham acesso de iniciação às primeiras letras, o ensino com fim de evangelização.

Conforme Mortatti (2010, p. 330) as práticas sociais da leitura e da escrita tornam-se práticas escolarizadas e passam a ser ensinadas e aprendidas em espaço público somente a partir “da primeira década da república, com as reformas da instrução da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública”. Naquele contexto, o ensino passa a ser submetido “à organização metódica, sistemática e intencional”, considerado importante e estratégico para a “formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano” (MORTATTI, 2010, p. 330) centrado em um modelo agroexportador e na mão de obra escrava (ou pouco valorizada). Em 1934, em decorrência da Revolução de 1930, ocorreu a “transição ditatorial” e elaborou-se a Constituição de 1934, que pela primeira vez na história da educação no Brasil, fez referências as “Diretrizes Educacionais”. Na década de 70, com o fim do regime militar (1964) e “com a intensificação da luta pela liberdade política e social do país, a luta pela democratização da educação centrou-se na defesa do direito à escolarização para todos, da universalização do ensino e da maior participação da comunidade na gestão da escola” (MORTATTI, 2010, p. 331). Diante do exposto, percebe-se que as políticas públicas de educação no Brasil foram desenvolvidas sempre com muitas lutas e, na sua maioria, até por volta de 1980, com poucas contribuições significativas, principalmente no que se refere à educação pública de acesso e de qualidade para todos.

A partir da CF/88 e da LDB 9394/96, várias políticas públicas vão sendo criadas para atender os princípios da legalidade do direito de acesso à escola pública de qualidade para todos. Partindo de uma premissa da própria legislação da LDB, 1996, e no momento histórico e econômico, ao qual ela foi elaborada, no que tange a Educação Básica, e especificamente ao Ensino Fundamental identificamos vocábulos escolhidos especificamente para a composição e visão norteadora tanto da Educação Básica quanto do Ensino Fundamental: “formação comum indispensável”, “para progredir no trabalho”, “interesse social”, “orientação para o trabalho”, “formação básica”, evidenciando os determinantes econômicos, como também a ideologia na obtenção do que vem a ser “o interesse social” para a construção e definição de programas, currículos, formação de professores, políticas de avaliação escolar que norteiam os currículos que por sua vez alimentam as avaliações externas. Logo, identifica-se uma relação muito próxima entre educação e qualificação profissional, faltando-lhe a percepção da importância da

educação como processo de aprendizagem como nos documentos provenientes de organismos econômicos internacionais.

A educação básica se concebe como meio para satisfazer as necessidades mínimas de aprendizagem das massas de modo que todos os indivíduos possam participar eficazmente no processo de desenvolvimento. (B.M, 1974,p.6).

O Plano Nacional de Educação - PNE, inicialmente publicado em 2001 e baseado no Projeto de Lei 4.155/98, surge num contexto de pressão popular em defesa da escola pública, preenchendo a lacuna presente desde a Constituição de 1988 acerca da complementação do art. 214 e requerida também pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), bem como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

A discussão da Base Nacional Comum Curricular, a qual sua defesa de implantação segue no discurso de desfazer diferenças de currículo do setor privado e do público e unicidade nacional. Ora, inicialmente percebe-se que de democrático tal documento (BNCC) não possui nenhuma característica, uma vez que os educadores foram levados a uma falsificada participação na elaboração deste. Sobre a Alfabetização, identifica-se atualmente o PNA (Programa Nacional de Alfabetização), intitulado “Tempo de Aprender”, no qual menciona a premissa de desenvolver “a habilidade” de leitura voltado para as instituições de ensino e o “Conta para mim” que inclui a família neste processo de alfabetização. Tal programa relaciona diretamente o sucesso da Alfabetização a prática e incentivo da leitura de pais e mães com seus filhos, mas ignora a realidade brasileira que possui e fabrica, pelo próprio sistema, inúmeros analfabetos ou alfabetos funcionais. O certo é que entre tantos descaminhos a alfabetização continua a gerar expectativas no âmbito escolar, político e econômico como possibilidade de minimizar as mazelas sociais e possibilitar um ensino mais igualitário entre todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões para reflexão.** Educação & Sociedade,v. 31, n. 112, p. 707-27, 2010.

FREITAS, Raquel A. M. da M.(orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e a escola Pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora espaço Acadêmico, 2018 p.152-177.

LIBÂNEO, José C. **Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva**. In: LIBÂNEO, J.C.; FREITAS, Raquel A. M. M.(orgs.). *Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. SITE

MORTATTI, M. R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, 2010.

TEIXEIRA, E. C.O. **Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002.